

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ATA DA REUNIÃO SETORIAL SETOR “A”

Ao décimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e seis, na Escola Municipal Cláudio Ribeiro, às dezoito horas e quarenta e nove minutos, teve início a reunião setorial do Setor “A”, com a presença de vinte (20) pessoas sendo: quatro (4) conselheiros representantes da sociedade civil, cinco (5) conselheiros representantes do poder público, oito (8) servidores e três (3) munícipes. Os Conselheiros da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer não compareceram. Os Conselheiros da Secretaria de Meio Ambiente também não compareceram, contudo foram representados pelo Subsecretário.

O Vice-presidente do CMPOP Edson Cordeiro, abrindo a reunião, passou a palavra para o Sr. Uilson Alves da Silva, conselheiro representante do Setor A. O Conselheiro Uilson elencou alguns pontos que, segundo seu ponto de vista, merecem atenção da administração pública: 1) Ausência de um documento que suporte as obras realizadas na Rodovia do Contorno (convênio com o Estado?); 2) Contrato de manutenção das vias pavimentadas – quanto custa o metro quadrado do tapa-buraco? 3) Indicação dos padrões de balneabilidade da Praia do Bosque; 4) Lançamento de efluentes sanitários no Canal de Medeiros; 5) Fornecimento de calçados para os alunos das escolas municipais; 6) Indagação sobre o eventual recebimento de valor complementar do VAAR; 7) Manutenção do prédio da ESF Recanto, executada sob a égide de um contrato baseado em adesão de ata do município de São Gonçalo, contrato este destinado a manutenção de prédios da secretaria de educação daquele município; 8) Obras no Canal de Medeiros: aumento da seção transversal do Canal não foi realizada; 9) Segurança; 10) Indagação sobre existência de contrato para sondagens e ensaios.

Retomando a condução da reunião, o Vice-presidente Edson Cordeiro enfatizou a importância do sistema de apuração de demandas – POP On-line e abriu a palavra para manifestação dos demais participantes e esclarecimentos por parte da administração pública.

O Engenheiro Thiago Variz de Miranda, do SAAE, informou que o contrato original assinado em 2007 com a Odebrecht previu a instalação de cinco bombas em cada uma das duas bacias de acumulação, mas em janeiro de dois mil e vinte e cinco, só tínhamos uma bomba funcionando em cada bacia. De acordo com o Eng. Thiago, o contrato orçado em vinte e dois milhões e setecentos mil reais tratará da revitalização dos piscinões e aquisição de novas bombas. Ainda de acordo com o Eng. Thiago, o assoreamento no Canal no trecho de Casimiro de Abreu, é de competência do INEA. E, respondendo ao quesito 10 trazido pelo Conselheiro Uilson, declarou que a Prefeitura não tem contrato para realização de sondagens e ensaios.

O Conselheiro Jaime da Silva Reis, da SEGTRAN, informou que a guarda municipal conta somente com trezentos e cinquenta e seis (356) guardas, que o ideal seria contar com quinhentos e que para atingir este número está previsto um concurso no próximo ano.

O munícipe Jefferson solicitou a remoção de restos de obra deixado na Rua Jornalista Jaime Barroso que causou alagamento mesmo com chuva de curta duração. Solicitou também rever o itinerário das vans no Recanto de modo a atender as escolas e creches.

A munícipe Kátia Macillo, retornando ao quesito 7 trazido pelo Conselheiro Uilson, informou que o edital da Prefeitura de São Gonçalo não previa possibilidade de adesão. Em relação à iluminação pública, declarou que a rede, na Estrada das Palmeiras, é ainda suportada por postes de madeira instalados pelo seu pai. Por fim, indagou se a Secretaria de Serviços Públicos está utilizando software de telegestão para manutenção da iluminação pública.

O Conselheiro Vanderlei Campos reforçou as preocupações levantadas pelo Conselheiro Uilson em relação ao Canal de Medeiros. Relatou que seu imóvel, na Extensão do Bosque, sofre repetidas inundações – a última, ocorrida em fevereiro deste ano, causou prejuízos da ordem de vinte e cinco mil reais. Mas, prendeu-se ao ano de dois mil e dez, ano no qual tínhamos os piscinões recém construídos, bombas novas e população bastante inferior à atual. Nada obstante, segundo o Conselheiro, o bairro da Extensão do Bosque foi inundado, situação que perdurou por vários dias. Assim sendo, continuou, o Conselheiro, entende que uma obra, um dispêndio de recursos para retornar a uma situação que não deu resultado, será desperdício e apelou, veementemente, para que qualquer intervenção só aconteça após as conclusões do Plano Municipal de Saneamento Básico. Sobre o mesmo assunto, o Conselheiro Vanderlei Campos solicitou que a SEMOP recupere um relatório emitido por uma consultoria contratada durante o governo Sabino (2013-2016), abordando soluções para diminuir ou eliminar as inundações nas bacias 1 e 2. Finalizou, declarando que fez cinco denúncias sobre lançamento irregular de esgoto nas galerias de águas pluviais, nas vias públicas e nos canais, mas as denúncias já atravessaram três administrações sem solução. Sobre segurança, o Conselheiro Vanderlei Campos destacou que a comercialização dos galões de água está sendo controlada por grupos de milicianos.

O Conselheiro Marcelo Calixto destacou a importância do planejamento preventivo diante dos desafios impostos pelos eventos climáticos extremos que vêm afetando diversas regiões do país. Em sua fala, questionou o SAAE-RO sobre a atual estrutura de drenagem do município, especialmente em relação às bombas de escoamento das águas pluviais existentes nas áreas mais vulneráveis da cidade. Solicitou informações sobre quantas bombas estão instaladas, quantas se encontram em pleno funcionamento atualmente e se a capacidade operacional disponível é suficiente para suportar períodos de chuvas intensas e prolongadas. Prosseguiu ressaltando que a população precisa ter conhecimento sobre a real situação desses equipamentos, uma vez que a eficiência do sistema de drenagem é fundamental para reduzir alagamentos, minimizar prejuízos e proteger vidas durante eventos climáticos severos. Além disso, o Conselheiro chamou atenção para a

necessidade da participação de representantes da Defesa Civil Municipal nas próximas audiências e reuniões do Conselho, a fim de prestar esclarecimentos sobre os planos de contingência existentes no município, os protocolos de resposta a emergências e as estratégias de prevenção, preparação e mitigação de desastres. Ao final de sua manifestação, Marcelo Calixto informou que serão formalizados pedidos para que a Subsecretaria de Defesa Civil envie representantes da pasta às próximas reuniões, permitindo um diálogo transparente com a população sobre os riscos climáticos, as medidas preventivas em andamento e as ações planejadas para enfrentar futuros eventos extremos. A iniciativa reforça o compromisso com a segurança da população, a transparência das informações públicas e a construção de uma cidade mais preparada e resiliente diante das mudanças climáticas e dos desafios que elas impõem aos municípios costeiros. A reunião foi encerrada às vinte horas e trinta minutos.

EDSON CORDEIRO

Vice-presidente

VANDERLEI CAMPOS

1º Secretário